

Federação Nacional dos Urbanitários

Plataforma realiza audiência pública sobre o aumento das tarifas de energia em Belém

No primeiro dia do Seminário Amazônico, organizações da Plataforma Operária e Camponesa realizam Audiência Pública sobre o aumento das tarifas de energia elétrica na Assembleia Legislativa do Pará

Atingidos por barragens, trabalhadores do setor elétrico, petroleiros, professores, camponeses e indígenas realizam, hoje e amanhã (19 e 20), o Seminário Amazônico sobre Política Energética em Belém (PA).

Articulado através da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia, o seminário nesta manhã com uma Audiência Pública, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, sobre o aumento das tarifas de energia elétrica.

Durante a Audiência, a Celpa (Centrais Elétricas do Pará) justificou o aumento 34,34% sobre as tarifas de energia elétrica pela necessidade da compra de energia elétrica no mercado de curto prazo. Essa necessidade surgiu após a negativa das geradoras que não quiseram renovar os contratos de concessão no ano passado, através da Medida Provisória 579.

Na ocasião, a presidenta Dilma Rousseff antecipou a renovação dos contratos de concessão das hidrelétricas estatais, diminuindo o valor de venda da energia dessas hidrelétricas que já tem seu valor amortizado, ou seja, já foram pagas pelo povo brasileiro ao longo dos anos.

Entretanto, empresas controladas pelos governos estaduais do PSDB de São Paulo, Paraná e Minas Gerais não aceitaram a renovação e passaram a vender energia ao preço de R\$ 822,00 MWh. Segundo o estudo do Dieese o aumento da tarifa de energia para os consumidores residenciais foi em 34, 34%, e para as indústrias foi de 36%. Isso causará um efeito, o que provavelmente afetará a orçamento dos serviços e dos demais bens de consumo.

Apesar do reajuste, a Celpa, privatizada há treze anos, ocupa a última colocação no critério da qualidade de energia das 63 empresas que distribuem energia elétrica no Brasil. Enquanto cada brasileiro ficou durante o ano de 2012 em média 20 horas sem energia, os paraenses ficaram mais de 100 horas. As perdas de energia da Celpa chegam a 35%, sendo 1/3 assumido pela empresa e 2/3 pelos consumidores.

No dia 5 de agosto, data de anúncio do reajuste, diversos movimentos sociais saíram às ruas nos municípios paraenses para protestar contra os abusos cometidos pela Celpa contra a população. Das 1.457 reclamações registradas pelo PROCON no Pará no primeiro semestre de 2014, quase metade (717) foram contra a Rede Celpa. As principais reclamações são quanto a cobranças abusivas.

Para a integrante da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Daiane Hohn, o debate evidenciou que o modelo elétrico brasileiro vigente está organizado de forma a privilegiar os grandes consumidores em detrimento da população brasileira.

"Os integrantes da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia demonstraram a necessidade de se romper esse modelo e avançar no Projeto Energético Nacional, onde a energia não será mais considerada uma mercadoria", afirmou.

Este é o primeiro de uma série de seminários que serão realizados em todas as regiões do Brasil até o final de setembro. A partir dos debates, a Plataforma encaminhará suas propostas aos candidatos à presidência da república.

Fonte: MAB

Portal da CUT

Plataforma Operária e Camponesa para a Energia realiza audiência pública sobre o aumento das tarifas de energia em Belém

20/08/2014

Este é o primeiro de uma série de seminários que serão realizados em todas as regiões do Brasil até o final de setembro

Escrito por: MAB

Atingidos por barragens, trabalhadores do setor elétrico, petroleiros, professores, camponeses e indígenas realizam até esta quarta-feira (20) o Seminário Amazônico sobre Política Energética em Belém (PA).

Articulado através da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia, o seminário iniciou ontem com uma Audiência Pública, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, sobre o aumento das tarifas de energia elétrica.

Durante a Audiência, a Celpa (Centrais Elétricas do Pará) justificou o aumento 34,34% sobre as tarifas de energia elétrica pela necessidade da compra de energia elétrica no mercado de curto

prazo. Essa necessidade surgiu após a negativa das geradoras que não quiseram renovar os contratos de concessão no ano passado, através da Medida Provisória 579.

Na ocasião, a presidenta Dilma Rousseff antecipou a renovação dos contratos de concessão das hidrelétricas estatais, diminuindo o valor de venda da energia dessas hidrelétricas que já tem seu valor amortizado, ou seja, já foram pagas pelo povo brasileiro ao longo dos anos.

Entretanto, empresas controladas pelos governos estaduais do PSDB de São Paulo, Paraná e Minas Gerais não aceitaram a renovação e passaram a vender energia ao preço de R\$ 822,00 MWh.

Segundo o estudo do Dieese o aumento da tarifa de energia para os consumidores residenciais foi em 34, 34%, e para as indústrias foi de 36%. Isso causará um efeito, o que provavelmente afetará a orçamento dos serviços e dos demais bens de consumo.

Apesar do reajuste, a Celpa, privatizada há treze anos, ocupa a última colocação no critério da qualidade de energia das 63 empresas que distribuem energia elétrica no Brasil. Enquanto cada brasileiro ficou durante o ano de 2012 em média 20 horas sem energia, os paraenses ficaram mais de 100 horas. As perdas de energia da Celpa chegam a 35%, sendo 1/3 assumido pela empresa e 2/3 pelos consumidores.

No dia 5 de agosto, data de anúncio do reajuste, diversos movimentos sociais saíram às ruas nos municípios paraenses para protestar contra os abusos cometidos pela Celpa contra a população.

Das 1.457 reclamações registradas pelo PROCON no Pará no primeiro semestre de 2014, quase metade (717) foram contra a Rede Celpa. As principais reclamações são quanto a cobranças abusivas.

Para a integrante da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Daiane Hohn, o debate evidenciou que o modelo elétrico brasileiro vigente está organizado de forma a privilegiar os grandes consumidores em detrimento da população brasileira.

“Os integrantes da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia demonstraram a necessidade de se romper esse modelo e avançar no Projeto Energético Nacional, onde a energia não será mais considerada uma mercadoria”, afirmou.

Este é o primeiro de uma série de seminários que serão realizados em todas as regiões do Brasil até o final de setembro. A partir dos debates, a Plataforma encaminhará suas propostas aos candidatos à presidência da república.

Portal da CUT

Morte no Sistema Petrobrás: Operador vítima de explosão na Reman não resiste aos ferimentos

20/08/2014

Refinaria de Manaus tem histórico de acidentes graves envolvendo trabalhadores

Escrito por: FUP

Na tarde desta quarta-feira, 20, a FUP foi informada sobre o falecimento do trabalhador que foi vítima de explosão no último sábado 16, na Reman. Antonio Rafael Santana tinha 26 anos, era engenheiro civil, foi admitido como operador da Petrobrás, há um ano e dois meses na área de Urucu, mas trabalhava na refinaria há quatro meses.

A explosão ocorreu às 22h50 de sábado, quando o trabalhador deu partida no carro, para fazer uma ronda na Unidade de Hidrotratamento da refinaria. Rafael teve 75% de queimaduras no corpo e, devido ao estado grave de saúde em que encontrava-se, não pode ser transferido para o Hospital da Força Aérea do Rio de Janeiro. A Petrobrás ainda não confirmou, mas a causa do acidente pode ter sido um vazamento de gás.

Seis acidentes em uma semana

No mesmo dia, outro acidente aconteceu, mas na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), onde um operador da U-1530 realizava manobra de drenagem, quando foi atingido por mistura de MIBK/ÓLEO (produto com temperatura de 180o C). Ele sofreu irritações na face, pescoço e olhos. A Reduc registrou três acidentes na última terça-feira (12). Na U-2200, a vítima teve cortes na região do braço. Na Subestação elétrica, Sub-340, um trabalhador teve ferimentos no rosto. Já o último, na U-2500, um armador de andaime cortou o supercílio.

Na Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão-SP, um operador teve cerca de 20% do corpo queimado nesta terça-feira (19), durante o procedimento de LIBRA (libragem). Ele estaria bloqueando uma válvula para a remoção de uma outra válvula de carga para o forno, a fim de iniciar a operação, quando uma mangueira sob pressão se soltou e causou os ferimentos.

Histórico de acidentes na Reman

A Refinaria de Manaus tem um histórico de acidentes graves envolvendo trabalhadores. Em dezembro de 2013, uma explosão feriu três operadores da Petrobrás de uma só vez. Em setembro de 2010, a técnica de operação, Renata Benigno, foi vítima de um grave acidente na refinaria e morreu após 10 dias de internação.

Portal da CUT

Amazonas: metalúrgicos do setor eletroeletrônico fazem greves de advertência

20/08/2014

Trabalhadores da Flex Industries, da Sony e da Electrolux cruzaram os braços por cerca de uma hora para protestar contra a proposta patronal de reajuste salarial

Escrito por: CNM/CUT

Os metalúrgicos do Amazonas estão intensificando sua mobilização para que os empresários do setor eletroeletrônico atendam as reivindicações da Campanha Salarial da categoria. Na semana passada, foram feitas ao menos três paralisações de advertência.

Trabalhadores da Flex Industries, da Sony e da Electrolux cruzaram os braços por cerca de uma hora para protestar contra a proposta patronal de reajuste salarial. A data-base da categoria é 1º de agosto.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal) está tentando fechar o acordo coletivo de trabalho com o setor, mas até a última sexta-feira (15) os empresários não tinham apresentado uma oferta satisfatória de aumento salarial.

De acordo com Cátia Cheve, diretora do Sindicato e também da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT), a proposta empresarial é de reajuste de 6,5% (a inflação acumulada é de 6,33%). "Os trabalhadores consideram a proposta inaceitável. Por isso, o Sindicato vai avaliar a possibilidade de deflagrar uma greve geral dos metalúrgicos deste setor", disse a dirigente sindical.

Já para outros 72 mil metalúrgicos da base, o acordo coletivo já está acertado, garantindo aumento de 9,5% para quem trabalha nas indústrias de motocicletas, quatro rodas, triciclos, bicicletas, ar condicionado e materiais descartáveis.

Para garantir esta proposta, o Sindicato também mobilizou os trabalhadores. Na Honda, por exemplo, também houve paralisação de advertência no último dia 7.

Segundo Cátia, os metalúrgicos nas empresas de eletroeletrônicos querem, no mínimo, o mesmo reajuste concedido para estes outros segmentos. "Esta semana, com certeza, a mobilização será intensificada", disse.

Portal da CTB

Chega ao fim greve de metalúrgicos da Proema em Betim (MG)

Em assembleia realizada na manhã desta quarta-feira (20), os metalúrgicos da Proema decidiram por fim à greve que já durava três dias, ao aceitarem proposta de acordo negociada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (MG) com a direção da fábrica e da Toyota, principal tomadora de serviços da empresa instalada em Betim.

Pelo acordo, a Toyota assumiu o compromisso de efetuar, até esta quinta-feira (21), o pagamento dos salários e das férias que estão em atraso, medida válida tanto para os metalúrgicos que continuam a trabalhar na fábrica quanto para aqueles que foram colocados à disposição em casa pela Proema/Pro.Te.Co, em função da delicada condição financeira vivida pela empresa pelo menos desde abril de 2013.

O acordo também garante a concessão de cesta básica aos trabalhadores no dia 28 deste mês. Em relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cujos depósitos não vêm sendo depositados regularmente pela empresa, foi firmado o compromisso de que as partes deverão se reunir a partir da próxima semana para debater o assunto.

Também ficou acertado que a Proema/Pro.Te.Co não poderá demitir quaisquer de seus empregados cujos salários estão em atraso.

As negociações com representantes das duas empresas foram conduzidas pelo diretor do Sindicato Clodoaldo Carvalho, que trabalha na Proema/Pro.Te.Co e por Gélson Alves, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB Minas), à qual a entidade sindical de Betim é filiada.

Fonte: Sindmetal

Portal da CTB

Metalúrgicos de Camaçari obtêm vitória, apesar de crise no setor

As vendas de automóveis seguem caindo e provocando demissões no setor metalúrgico. A crise atinge todo o país: mais de 29 mil trabalhadores foram demitidos. As férias coletivas foram o recurso mais utilizado pelas montadoras. Muitas suspenderam as atividades durante a Copa do Mundo, abriram planos de demissão voluntária (PDV) e reduziram salários e jornadas de trabalho.

Ford, Volkswagen, Mercedes-Benz e Man Latin America suspenderam temporariamente os contratos de 2,8 mil funcionários este ano. A Mercedes-Benz adotou o lay-off para 1,2 mil

funcionários da planta e mais de 150 funcionários da unidade de Juiz de Fora (MG) ficarão afastados por cinco meses. Na Renault, cerca de quatro mil funcionários tiveram férias coletivas.

Os estímulos do governo ainda não deram o resultado esperado. A manutenção do desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros valerá até dezembro, na tentativa de evitar uma queda ainda maior nas vendas.

Os números são alarmantes. Entre junho e julho, houve queda de 8,6% na venda de veículos e redução de 17,4% da produção. Os pátios seguem lotados, com 382,6 mil unidades paradas no fechamento de julho.

Em meio a isso, na Bahia, o sindicato dos Metalúrgicos conseguiu evitar as demissões em massa. Além disso, os metalúrgicos conseguiram o pagamento de abono de R\$ 3.277,00, quase R\$ 15 mil de PLR, implementação do novo Plano de Cargos e Salários e aumento real de salários.

O presidente do sindicato de Camaçari, Julio Bonfim, declarou que conseguiram transferir 550 trabalhadores para a área de motor, assegurando seus empregos. Além disso, duas reintegrações de cargo estão previstas para amanhã. Também ressaltou que o governo precisa tomar medidas urgentes para melhorar a economia brasileira como um todo.

Com informações de agências

Portal da CUT

Bancos frustram primeira negociação sobre saúde e condições de trabalho

20/08/2014

Debate sobre metas abusivas e assédio moral, prioridades da categoria, não avança na primeira rodada entre Comando Nacional e Fenaban

Escrito por: Contraf-CUT

Começaram mal as negociações da Campanha Nacional 2014. Já na primeira rodada, realizada nesta terça-feira (19), em São Paulo, os bancos frustraram o debate sobre saúde e condições de trabalho, principalmente sobre os temas referentes às metas abusivas e ao assédio moral, dois dos principais problemas enfrentados pela categoria. A primeira rodada continua nesta quarta-feira (20) de manhã.

"A saúde e as condições de trabalho são prioridades definidas pela 16ª Conferência Nacional dos Bancários. Tanto as pesquisas do Dieese como as consultas dos sindicatos mostram que há muitos trabalhadores adoecendo, usando remédios de tarja preta e até chegando à morte. Não aceitamos trabalhar em ambiente que adocece. E isso está ligado à gestão dos bancos, sobretudo à cobrança de metas. Se não discutirmos as metas, vamos continuar enxugando gelo", afirmou o presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional dos Bancários, Carlos Cordeiro.

O Comando apresentou aos representantes dos bancos os números do INSS mostrando que 18.671 bancários doentes foram afastados do trabalho em 2013, o que representa um crescimento de 41% em relação aos últimos cinco anos.

E as doenças mentais já superaram os casos de LER/Dort (Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho). Do total de auxílios-doença acidentários registrados pelo INSS no ano passado, 52,7% tiveram como causas principais os transtornos mentais e do sistema nervoso.

Isso significa dizer que, de cada dez bancários doentes, cinco são por depressão. Ao comparar os dados de 2009 até 2013, os casos de doenças do sistema nervoso e transtornos mentais e comportamentais cresceram 64,28%, saltando de 3.466 para 5.694.

Organização do trabalho

O secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT, Walcir Prevital, disse que as metas fazem parte da organização do trabalho e que, pelas convenções da OIT, o trabalhador tem o direito de discuti-las, uma vez que geram impacto na saúde. "Os trabalhadores têm que participar e serem ouvidos sobre as metas. Não podem ser fixadas unilateralmente. Metas e assédio moral viraram fatores de risco que precisam ser combatidos e eliminados", defendeu Walcir.

Os negociadores dos bancos responderam que a definição de metas faz parte da gestão de cada banco, não cabendo interferência dos trabalhadores. E questionaram os números sobre afastamentos por doenças na categoria, insinuando que estaria havendo fraude por parte dos bancários.

Carlos Cordeiro retrucou, afirmando que a "gestão não é um problema só dos bancos, porque o modelo que escolhem e implementam está adoecendo o bancário. Gestão não pode ser apenas para remunerar os acionistas. Tem que olhar o impacto que traz à saúde do trabalhador".

"Na década de 90 fomos surpreendidos com a epidemia de LER. Hoje são os casos de adoecimento, que podemos medir não só pelos afastamentos, mas também pelas queixas dos bancários. A cada ano que passa aumenta o uso de remédios de tarja preta. Um quarto da categoria toma esse tipo de medicamento na Bahia. Precisamos estabelecer mecanismos para mudar essa

realidade, a fim de prevenir o adoecimento dos bancários. Não é um desvio pontual, como alega a Fenaban, mas é fruto do modelo de gestão dos bancos", afirma Emanuel Souza, presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe.

O debate sobre metas abusivas e assédio moral continuará após o próximo dia 25, quando ocorrerá uma reunião do Grupo de Trabalho sobre Adoecimentos, onde os bancos ficaram de apresentar dados sobre os afastamentos por doenças.

Isonomia de direitos para afastados

O Comando defendeu também a isonomia de tratamento e de direitos para os bancários afastados do trabalho por acidente de trabalho e motivo de saúde. Hoje quem se afasta possui menos direitos, como apenas seis meses de cesta-alimentação e suspensão do pagamento da PLR.

"Queremos melhorias para os afastados do trabalho, buscando isonomia de tratamento com os demais bancários e bancárias. Hoje quem se afasta é duplamente penalizado: está doente e recebe menos direitos. Isso não pode continuar. Precisamos avançar e conquistar isonomia para os afastados", salienta Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

A negociação sobre saúde e condições de trabalho prossegue nesta quarta, que deve tratar de reabilitação profissional, manutenção dos planos de saúde na aposentadoria, PCMSO, Cipa e Sipat, dentre outras reivindicações.

Calendário de negociações

Ficou também definido o calendário das próximas negociações com os bancos.

Agosto

20 - 8h30 às 13h: Saúde e condições de trabalho

27 - 10h às 18h: Igualdade de Oportunidades e Segurança Bancária

28 - 8h30 às 13h: Igualdade de Oportunidades e Segurança Bancária

Setembro

3 - 13h às 18h: Emprego e Remuneração (PCS e piso)

4 - 10h às 18h: Emprego e Remuneração (PCS e piso)

10 - 13h às 18h: Remuneração (índice, PLR e auxílios)

11 - 10h às 18h: Remuneração (índice, PLR e auxílios)

Agência Brasil, 21/08/14

Itaú terá de indenizar bancário demitido sob a presunção de furto

A não-comprovação de que a despedida de um empregado deveu-se ao descumprimento de normas internas, deixando a impressão de que fora em razão de furto ocorrido na agência em que trabalhava, levou o Itaú Unibanco S. A. a pagar a ele indenização por dano moral, no valor de R\$ 50 mil, e a obrigação de publicar nota nas agências do Espírito Santo e nos jornais de grande circulação, isentando-o de qualquer culpa no desaparecimento do dinheiro.

O recurso do banco foi julgado na Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sob a relatoria da ministra Dora Maria da Costa. A relatora não conheceu do recurso contra a condenação por dano moral nem da obrigação da publicação da nota esclarecedora da inocência do bancário, mas reconheceu que o valor da indenização de R\$ 500 mil arbitrado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) era desproporcional ao dano sofrido pelo empregado e o ato ilícito da empresa.

Assim, reduziu-o para R\$ 50 mil.

Segundo a relatora, o valor da indenização arbitrado inicialmente na sentença e mantido pelo Tribunal Regional estava em desacordo com os parâmetros da proporcionalidade. O artigo 944, parágrafo único, do Código Civil, prevê que a indenização deve ser proporcional à extensão do dano, o que, segundo ela, não ocorreu, pois "não houve acusação formal da prática de furto, apenas presunção".

O bancário foi dispensado imotivadamente depois de trabalhar mais de 30 anos na empresa, e 1976 a 2009, e alguns meses após uma ocorrência em que desapareceram R\$ 38 mil na agência de Linhares (ES), onde exercia o cargo de gerente operacional.

Uma testemunha informou que cerca de um mês após o ocorrido o banco abriu auditoria interna cujo resultado não foi divulgado. Soube dizer apenas que o dinheiro nunca foi encontrado e que, passados alguns meses, o gerente foi demitido, ficando a impressão de que se deveu ao sumiço do dinheiro, pois era o que comentava os colegas e que toda cidade ficou sabendo. Segundo ele, "o assunto corria a boca miúda em todas as agências bancárias da cidade" e até fora dela, em agências de Colatina, Vitória etc.

A decisão foi por unanimidade.

Fonte: TST

México sedia segunda edição do Fórum de Guadalajara

Evento debaterá a globalização, cooperação entre as nações latino-americanas e justiça social

Com o tema "As bases para uma nova ordem mundial: a política como forma superior de caridade", o México sediará a segunda edição do Fórum de Guadalajara. O evento será realizado entre os dias 20 e 23 de outubro, e tem como objetivo ser um espaço aberto para discussões e reflexões sobre as seguintes temáticas: Estado nacional soberano e a integração de esforços entre eles, a justiça social e o bem comum. O encontro é promovido pela Federação Revolucionária de Obreros e Campesinos (FROC- Jalisco) e MSla (Movimento de Solidariedade Latino Americana).

O fórum tem como objetivo reunir filósofos, políticos, economistas, sociólogos e sindicalistas para debater perspectivas e encontrar soluções para o processo de globalização e o efeito permanente das violações do direito internacional pelas potências hegemônicas. Os trabalhos também tratarão das ameaças à dignidade do trabalho humano, a crise financeira e a necessidade de novas regras éticas para um sistema econômico justo.

O encontro também dará continuidade ao Fórum Sindical Brasil-México, cuja primeira edição foi em 2013, no Memorial Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, patrocinado e organizado pela CSB. Neste sentido, será realizado um painel dedicado à defesa da dignidade, dos direitos ao trabalho e à organização sindical diante das políticas da globalização.

Primeira edição

Em 2012, o Fórum de Guadalajara teve como tema "A crise mundial além da economia e das finanças". O seminário reuniu importantes personalidades do Brasil e do mundo, como Lorenzo Carrasco, coordenador do Fórum, Paolo Raimondi, economista italiano, o senador Roberto Requião, presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, e Luiz Sergio da Rosa Lopes, vice-presidente da CSB. No fórum, um dos principais temas debatidos foi a tentativa de cortes dos direitos trabalhistas no México, por isso a Central estabeleceu uma relação de intercâmbio com o movimento sindical mexicano, com o intuito de transmitir a expertise no que diz respeito à luta contra as iniciativas que destroem os direitos dos trabalhadores.

Portal Mundo Sindical

Funcionários da Mercedes em MG que estão suspensos iniciam cursos

O início de cursos para os funcionários da Mercedes-Benz em Juiz de Fora, que estão em suspensão temporária de contrato, está previsto para a próxima semana. O acordo está em vigor desde esta segunda-feira (18) e segue até 17 de janeiro de 2015. A assessoria da empresa informou que o acordo foi oficializado com 166 dos 800 colaboradores da unidade. Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora e Região, João César da Silva, afirmou que foram 177.

A assessoria informou ainda que, durante o período da suspensão, cada colaborador deve fazer um curso de capacitação e aperfeiçoamento de 300 horas. Segundo a empresa, são verificados quais cursos são interessantes para o desenvolvimento dos funcionários de acordo com as áreas afins ao trabalho realizado. Os cursos serão realizados em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em três unidades em Juiz de Fora.

Segundo a assessoria, os cursos são os de assistente de planejamento e controle de produção, aperfeiçoamento de leitura e interpretação de desenho, mecânico de motores ciclo OTTO, montador de móveis, pintor industrial e soldador no processo Mig e Mag.

O sindicato informou que os cursos de solda e pintura começam na quinta-feira (28) para 80 trabalhadores. Em 15 de setembro, de acordo com o sindicato, outros cursos começam para 74 funcionários.

Outros funcionários estão aguardando liberação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego para curso na área de panificação. O presidente João César da Silva disse que a resposta sobre esse curso será no dia 28 de agosto. "Alguns se interessaram por esse curso e pediram autorização para participarem", explicou.

No dia 1º de agosto, os funcionários aprovaram, em assembleia, o acordo entre Sindicato dos Metalúrgicos e a empresa para a suspensão de contratos de trabalhadores da unidade por cinco meses. A medida foi negociada ao longo de julho entre empresa e sindicato.

A decisão de suspender os contratos é decorrente da readequação ao mercado após a queda da produção na unidade. Em abril, a companhia deu férias coletivas para cerca de 400 trabalhadores, retomando o trabalho em maio. Outros 140 funcionários que estavam em licença remunerada desde o início de junho retomaram o trabalho em 5 de agosto.

Fonte: G1 - 20/08/2014

Portal Mundo Sindical

Empresas do setor eletroeletrônico de Manaus fazem paralisação

Mais de 300 trabalhadores da Whirlpool, localizada no km 12 da Estrada da Torquato Tapajós, na Colônia Terra Nova, zona norte, paralisaram as atividades durante uma hora, na manhã desta terça-feira (19). Esta é a quarta empresa do setor eletroeletrônico a se manifestar em apoio à campanha salarial 2014. Sony e Eletrolux também aderiram ao ato.

Em nota publicada no site do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal), o presidente, Valdemir Santana, afirmou que a greve acontece "em virtude do descumprimento de várias cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), entre elas, no que se refere à alimentação, vagas nas creches, promoções e até situações de assédio moral dentro da empresa".

Sobre o reajuste salarial do setor eletroeletrônico, Santana informou que o sindicato continuará com as paralisações diárias de uma hora das empresas do setor, até que os empresários fechem o acordo com o valor proposto em assembleia pelos trabalhadores.

"As fábricas que receberão as paralisações são as com maior dificuldade na negociação com as suas diretorias", informou o presidente. Segundo ele, as paradas serão feitas com surpresa e informadas somente no dia.

Ainda conforme informações da nota, o Sindmetal disse não aceitar a contraproposta apresentada pelo Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees).

"Esse setor foi o que mais ganhou dinheiro este ano e só quer reajustar em 6% o salário dos trabalhadores. O sindicato não aceita isso e a categoria reivindica 13,15%, com data-base em agosto", afirmou o presidente em nota no site do sindicato.

Estão previstos para aderir ao movimento os trabalhadores dos segmentos de aparelhos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônico, de materiais e componentes, de jogos eletrônicos e similares, informática, de condutores elétricos, dentre outros.

Fonte: Tiago Melo/D24am - 20/08/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato discute paralisação da Marfrig no RS

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Alegrete, Marcos Rosse, afirmou nesta terça-feira, 19, que se reunirá nesta quarta-feira, 20, com representantes do governo gaúcho, em Porto Alegre, para tratar da suspensão das operações da unidade da Marfrig em Alegrete, no interior do Estado.

"Não vamos permitir que a situação fique como a empresa pretende", disse. Segundo Rosse, o sindicato foi informado pela Marfrig de que a fábrica pararia as atividades no dia 1º de setembro e que todos os funcionários seriam demitidos, mas que a companhia manteria a estrutura arrendada, com a expectativa de reabrir a unidade mais para frente - a Marfrig arrenda a planta do Frigorífico Mercosul.

"O objetivo fundamental é manter a planta em funcionamento com a Marfrig, mas se eles alegam que não podem, que não têm matéria-prima, queremos que outra empresa assuma para manter os empregos na cidade", explicou.

Rosse alega que, com um quadro de 680 funcionários, a Marfrig é uma das maiores empregadoras de Alegrete. "Já estamos consultando advogados para saber as medidas legais que podem ser tomadas", revelou. Ele também disse que, na próxima sexta-feira, o sindicato comparecerá a uma reunião conciliatória, convocada pela Marfrig na superintendência do Ministério do Trabalho do Rio Grande do Sul, para discutir a questão do fechamento da fábrica.

"A empresa falou que poderia transferir até 100 trabalhadores para as outras unidades que a Marfrig têm no Estado, em Bagé e São Gabriel, mas não esclareceu qual seria a estrutura oferecida aos funcionários, nem como seria o processo", argumentou.

Procurada, a Marfrig informou por meio de nota que, por uma decisão estratégica e mercadológica, suspenderá temporariamente as operações na unidade de Alegrete, respeitando todos os requisitos legais referentes ao processo. De acordo com o texto, o nível de atividade da empresa no Estado será mantido pela otimização da operação nas outras duas unidades da empresa na região - São Gabriel e Bagé.

"A parada temporária de qualquer de uma das plantas do grupo no Brasil ou no exterior faz parte da dinâmica do nosso setor. Este processo é comum a qualquer setor econômico. Sendo uma empresa de capital aberto, agimos de forma transparente e em busca de crescimento e de maiores níveis de rentabilidade", diz a nota.

Por enquanto, a empresa não se pronunciou sobre as supostas demissões. Segundo Rosse, a planta da Marfrig no município tem capacidade para abater até 800 bois por dia. Ele alega que a interrupção total das atividades não afetaria somente os empregados diretos, mas também a cadeia de comércio e serviços da região, principalmente na área de transportes.

Fonte: Gabriela Lara/Estadão - 20/08/2014

Metalúrgicos de Camaçari obtêm vitória, apesar de crise no setor

As vendas de automóveis seguem caindo e provocando demissões no setor metalúrgico. A crise atinge todo o país: mais de 29 mil trabalhadores foram demitidos. As férias coletivas foram o recurso mais utilizado pelas montadoras. Muitas suspenderam as atividades durante a Copa do Mundo, abriram planos de demissão voluntária (PDV) e reduziram salários e jornadas de trabalho.

Ford, Volkswagen, Mercedes-Benz e Man Latin America suspenderam temporariamente os contratos de 2,8 mil funcionários este ano. A Mercedes-Benz adotou o lay-off para 1,2 mil funcionários da planta e mais de 150 funcionários da unidade de Juiz de Fora (MG) ficarão afastados por cinco meses. Na Renault, cerca de quatro mil funcionários tiveram férias coletivas.

Os estímulos do governo ainda não deram o resultado esperado. A manutenção do desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros valerá até dezembro, na tentativa de evitar uma queda ainda maior nas vendas.

Os números são alarmantes. Entre junho e julho, houve queda de 8,6% na venda de veículos e redução de 17,4% da produção. Os pátios seguem lotados, com 382,6 mil unidades paradas no fechamento de julho.

Em meio a isso, na Bahia, o sindicato dos Metalúrgicos conseguiu evitar as demissões em massa. Além disso, os metalúrgicos conseguiram o pagamento de abono de R\$ 3.277,00, quase R\$ 15 mil de PLR, implementação do novo Plano de Cargos e Salários e aumento real de salários.

O presidente do sindicato de Camaçari, Julio Bonfim, declarou que conseguiram transferir 550 trabalhadores para a área de motor, assegurando seus empregos. Além disso, duas reintegrações de cargo estão previstas para amanhã. Também ressaltou que o governo precisa tomar medidas urgentes para melhorar a economia brasileira como um todo.

Fonte: CTB com agências - 20/08/2014

Metalúrgica Proema vai demitir cerca de 400 trabalhadores

Após 20 dias de greve, os funcionários da metalúrgica Proema, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a diretoria da empresa entraram em acordo após assembleia de três horas e meia de duração na manhã de ontem. A companhia fez um plano de recuperação judicial e vai demitir quase 400 de seus 580 trabalhadores – e não 590, como o sindicato havia informado anteriormente. O restante dos profissionais volta ao trabalho amanhã, depois do feriado de aniversário de São Bernardo, comemorado hoje. A Proema fabrica sistemas automotivos (colunas de direção, comando de câmbio, pedais e outros itens).

“Foi uma conversa muito difícil, mas conseguimos achar uma proposta minimamente boa para resolver a situação de todo mundo (companhia e funcionários). Os empregados entenderam que esse é o melhor caminho”, afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques.

De acordo com Marques, foram encaminhados para retornar ao trabalho a partir de amanhã os profissionais que atuam na linha de produção de itens para a Honda e Fiat. Já os empregados que fabricam peças para a General Motors (aproximadamente 400) serão desligados da Proema, mas ainda sem data definida. “Espero que eles saiam o mais rápido possível. Muitos estão enviando currículos e outros já têm até propostas de emprego em outras fábricas”, acrescentou.

Segundo o diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e coordenador da entidade em São Bernardo, Nelsi Rodrigues, o Morceirão, a empresa chegou na situação em que está atualmente por falta de investimentos na atualização de seus produtos às novas exigências de mercado.

DÍVIDAS - Os cerca de 180 funcionários que continuarão na empresa terão pagos todos os vencimentos atrasados até o dia 19 de setembro. Além disso, a Proema vai depositar a quantia de R\$ 1.000 como ‘sinal’ para todos os trabalhadores. Segundo o sindicato, as dívidas trabalhistas da empresa chegam a R\$ 15 milhões.

Para pagar todos os empregados, a companhia fez um plano de recuperação de médio a longo prazo. “A empresa vai vender ativos, como imóveis e maquinário, além de utilizar 40% do faturamento mensal para saldar as dívidas aos poucos. Será difícil, mas espero que tudo seja resolvido dentro de um ano”, disse Marques.

A Proema deve salários, férias e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para os funcionários, além de não estar cumprindo acordo judicial para o pagamento de verbas rescisórias dos cerca de 300 demitidos desde o início de 2013.

Fonte: Renato Gerbelli/Diário do Grande ABC - 20/08/2014

Políticas públicas facilitam permanência de jovens no campo

20/08/2014

Nos últimos anos, agricultores familiares vêm conquistando pouco a pouco incentivos para continuar na área rural

Escrito por: Henri Chevalier e Isaías Dalle - CUT Nacional

"Nós não queremos que as pessoas fiquem na roça por obrigação, mas sim por opção, com estrutura e oportunidades". A fala de Jasseir Alves, secretário Nacional de Meio Ambiente da CUT e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iúna e Irupí, no Espírito Santo, traz à tona uma importante discussão: a permanência da juventude no campo.

Para ele, mesmo não sendo o todo necessário, hoje, a partir da criação de programas e ações pós 2003, há mais políticas públicas que favorecem a juventude e o País. Entre as pautas dos movimentos de trabalhadores rurais – inclusive para manter os jovens no campo – estão o Plano Nacional de Banda Larga no Ambiente Rural, a Educação no Campo, o fortalecimento do Plano Nacional da Habitação Rural e, claro, a Reforma Agrária. "Há muito tempo lutamos por políticas para jovens e para o campo. É preciso garantir infraestrutura para que retornem a seus lares de origem, colaborando, por opção, com a construção da sociedade que queremos", afirma.

O bom filho a casa torna

Um exemplo é o advogado José Thiago da Rocha, assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iuna, extensão de base do município de Irupí, no Espírito Santo.

Filho de trabalhadores rurais, Thiago trabalhava no cafezal com a família até se formar no ensino médio. Quando teve acesso ao Programa Universidade para Todos (ProUni), ingressou em Direito, foi morar em Petrópolis, Rio de Janeiro, e se tornou bacharel. Após ser aprovado no exame da OAB, o jovem advogado retornou à sua cidade de origem. "A qualidade de vida é melhor aqui", lembra. "Quando a gente muda pra cidade grande, precisamos de oportunidades para voltar".

Para o jovem, as iniciativas do poder público devem garantir condições de vivência na área rural. "Nós precisamos de políticas que digam que o jovem vai ter qualidade de vida e ascensão social, que eles não viverão na mesma situação em que os pais e os avós viveram", afirma Thiago.

Jasseir lembra a importância que um profissional como Thiago tem para sua cidade de origem. Por ter sido criado em ambiente rural, o jovem tem maior compreensão da realidade local, da dinâmica de disputa e das atuações necessárias. Torna-se uma questão de classe. "O exemplo desse advogado vivendo na roça é sintomático. Ele tem o sentimento de pertença, sabe a quem defender, conhece o contexto. É mais do que um simples profissional", afirma o secretário.

Merenda Escolar

Uma política elaborada pelo Governo Federal em 2009 também beneficia os assentados. Em Itapeva, município localizado a pouco menos de 400 km da capital paulista, as sete Agrovilas do Movimento dos Sem Terra (MST) ganharam o impulso do Programa Nacional de Alimentação Escolar. O projeto prevê o mínimo de 30% das merendas de escolas públicas serem compostas por produtos da agricultura familiar, o que garante a destinação de parte da produção.

As Agrovilas colhem, a cada safra, 120 toneladas de feijão, das quais 60% são vendidas para escolas públicas. Essa forma de comercialização livrou os assentados da dependência de atravessadores e foi possível porque, há 10 anos, puderam renegociar suas dívidas, livrar-se das restrições bancárias e, assim, criar uma cooperativa de comercialização.

Os cinco mil litros de leite produzidos diariamente pelas Agrovilas de Itapeva também são vendidos para a merenda escolar. Esses são fatores que contribuem para a geração de renda e, consequentemente, para a permanência dos jovens no campo.

Comunicação no Campo

A realidade dos jovens dos assentamentos de Itapeva e de outras regiões tem sido modificada, ainda, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), criado em 1998 por pressão e proposta do MST. O programa oferece cursos superiores em áreas como Geografia, Estudos Latino-Americanos e Linguagens do Campo, ministrados por 38 universidades federais que formam, em média, 3.200 alunos a cada ciclo de três anos.

Magnólia Fagundes da Silva, moradora das Agrovilas, é formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará e hoje é uma das responsáveis pela Rádio 96,7 FM Mix Camponesa, emissora comunitária criada pelos assentados. No Estado de São Paulo, há outros três jornalistas que, como ela, nasceram e passaram a infância em ocupações no campo e hoje cuidam da comunicação do MST.

Ela diz que os programas de formação e a existência de escolas no campo têm ajudado os jovens a permanecer na terra, sem se deslocar para os grandes centros. "A maioria é muito apegada ao campo e quer ficar aqui", diz Magnólia, 30 anos, mãe de Artur, quatro anos e Sofia, 2 anos.

Com ela trabalha Janaína Ramos, que cuida da programação da rádio no período entre 15h e 17h. Não fez curso superior de comunicação ainda, mas sua participação em oficinas de rádio, organizadas pelo MST, dá a ela a segurança necessária para cuidar da seleção musical e ainda transmitir as notícias de interesse dos assentamentos, com abrangência de 60 km. "Minha ideia é sempre viver aqui, cuidar dos meus filhos como meus pais fizeram comigo", diz ela, 28 anos e mãe de duas filhas, de 13 e cinco anos.

Sonhador também é Leandro Monterão Delemura, que cursa o quinto ano de Engenharia Agrônoma na Universidade Federal de São Carlos. Com um olhar de trabalhador, ajudou o assentamento a não mais se ver diante de dúvidas levantadas por agrônomos ligados ao agronegócio. Questões como produtividade e uso de agrotóxicos têm nova abordagem.

"Nossa luta é pelo alimento saudável, pelo respeito ao meio ambiente e pela difusão de um conhecimento novo, que ajude a comunidade a ter mais autonomia e uma relação diferente com os demais", diz Leandro, que mostra, com orgulho, o feijão "Raízes da Terra", marca produzida pelo assentamento.

Outra mudança importante, e que se revelou também um fator de permanência das famílias nos assentamentos, foi a construção de uma escola pelas mãos dos próprios assentados. A escola estadual de ensino fundamental Franco Montoro, hoje uma realidade, tem seu currículo preparado com a ajuda pedagógica do próprio MST.

Portal da UGT

Após denunciar extração ilegal, agricultor é morto em MT

20/08/2014

Josias era presidente da Associação dos Produtores Rurais Nova União, do assentamento Projeto Filinto Müller.

Moradores acionaram a Polícia Civil no início da manhã do domingo (17) para indicar o local dos corpos.

O casal provavelmente andava de moto quando foi alvejado. Havia nove cápsulas de pistolas de 9 mm próximas aos corpos. Ereni estava de capacete e segurava uma máquina fotográfica, que foi atingida.

Segundo a Polícia Técnica do Estado, a Polícia Civil não solicitou a realização de uma perícia no local do crime.

Segundo Ademilson Silva, dono da funerária que preparou os corpos para o enterro e os levou para Rondônia, um médico-legista teria olhado rapidamente os corpos: "Como o serviço é muito precário, só deram uma olhada. A polícia olhou e liberou".

Segundo a Polícia Civil, Josias era conhecido na região por sua liderança no assentamento. O delegado Marco Remuzzi instaurou um inquérito. Testemunhas devem ser ouvidas nesta semana.

Em 5 de agosto, Josias participou de uma reunião no Instituto de Terras de Mato Grosso em Cuiabá. Ele reiterou suas denúncias ao ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva, sobre emissão ilegal de posse de terra por órgãos estaduais e presença de pistoleiros na região. O agricultor alertou que estava ameaçado de morte.

"Assim como Josias, também fui ameaçado. Aqui lutamos por justiça. A corrupção é muito grande", diz José Valdivino da Silva, 48, morador do assentamento há 12 anos. "Ele era meu parceiro de batalha na região", diz Silva. "Nós temos carimbo e assinatura dizendo que essa terra é para nos assentar."

Segundo Silva, o assentamento foi criado na década de 1980 com cerca de 917 mil hectares, hoje reduzidas a um terço desta área.

Em Mato Grosso, três pessoas já morreram neste ano em conflitos no campo, o mesmo número de todo o ano passado. Em nota, a Comissão Pastoral da Terra repudiou a violência.

Segundo a CPT, só em 20 dias de julho sete pessoas foram assassinadas. Neste ano, em todo o Brasil, 23 pessoas já foram mortas em disputas de terra.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura lamentou as mortes e pediu uma reforma agrária ampla e massiva.

Fonte: Folha de S.Paulo

Organizado por Ernesto Germano